

# Política

■ André Gustavo Stumpf

## Desenvolvimento dependente e a crise econômica

O Brasil tem frequentado o noticiário internacional de uma forma capaz de desmistificar conceitos outrora cultivados com fervor quase religioso, que justificaram, até, o regime forte e forneceram argumentos poderosos para a política do desenvolvimento a qualquer preço. O milagre do salto do subdesenvolvimento para o mundo desenvolvido não se operou e está o ministro Delfim Netto, do Planejamento, em Paris tentando obter novos vencimentos para a dívida externa pública. O diretor comercial da Petrobrás, Carlos Sant'Anna, não conseguiu entender-se com as multinacionais para comprar petróleo e desembriu no Kuwait, no Qatar e na Arábia Saudita parceiros comerciais capazes de fazer negócios em condições mais vantajosas para o Brasil.

Há algum tempo um qualificado assessor do presidente da República comentava, em tom de desabafo, que se alguma lição poderia ser retirada da atual situação era de que também com o Brasil acontecem graves crises. Aqui, raciocinava ele, no país do otimismo, pátria do tudo é possível, nação do jeitinho, os brasileiros haviam encontrado um limite físico para expandir, ainda mais sua capacidade de se divertir com a vida. Acabou o dinheiro, acabaram-se as expectativas e a crise, dia a dia, vai mostrando seu verdadeiro perfil. Não é coisa que se resolva no espaço de alguns anos. Muito ao contrário: é trabalho para toda uma geração que, se não acreditar novamente no desenvolvimento fácil, na tese de que dívida não se paga, mas se rola, poderá encontrar a prosperidade na virada do século. Quanto a nós, que vivemos no período em que se construía o país do futuro resta a frustrante sensação de que o futuro não chegou e o passado, desindustrializado e pobre, voltou a se constituir no pano de fundo da cena brasileira.

Há exemplos anteriores na história do Brasil de crises profundas e simultâneas, internas e externas. A queda da bolsa de Nova Iorque, em 1929, é um destes exemplos, porque derrubou toda a chamada aristocracia cafeeira, arruinou as finanças nacionais e encontrou um governo que teimava em não admitir esse fato como realidade concreta. O regime mudou e Júlio Prestes, o candidato de Washington Luis, embora formalmente eleito, não chegou a sentar-se na cadeira presidencial. Para aquele lugar foi conduzido Getúlio Vargas no bojo de uma Revolução que tinha ingredientes do tenentismo, da insatisfação da classe média e do desespero de industriais que, com a crise, perderam

muito do que tinham. A crise econômica operou, portanto, a mudança política no país.

A retomada do processo de desenvolvimento, neste canto de mundo, foi um trabalho lento. Os revolucionários que chegaram ao poder, sentaram-se nas confortáveis poltronas do poder preocupados em desenvolver uma gestão cautelosa, porque ninguém queria passar novamente pelos vexames recentes. Entre 1931 e 1933 o Brasil simplesmente parou de pagar suas dívidas externas. Somente em 1934 Getúlio Vargas, depois de articular com Oswaldo Aranha um esquema financeiro, retomou o pagamento daquilo que estava vencido. E quase toda a década de trinta consumiu-se na difícil tarefa de recompor as finanças nacionais. Em verdade, o desenvolvimento só voltou a ser uma palavra usual no Brasil quando o mundo entrou em guerra e o governo federal conseguiu, já na década de quarenta, trocar o apoio brasileiro aos aliados pela usina siderúrgica de Volta Redonda.

Entre o ápice da crise e a retomada do desenvolvimento passaram-se mais de dez anos. No entanto, somente com o governo Kubitschek o Brasil ingressou, de fato, no círculo dos países preocupados em planejar o futuro e trabalhar desde logo para que as gerações futuras encontrassem um país mais organizado. Um quarto de século para recompor as finanças, iniciar a diversificação do parque industrial e começar uma tímida política externa capaz de descolar o Brasil do interesse imediato dos Estados Unidos. A industrialização, feita com muito cuidado àquele período, tinha por objetivo conceder maior autonomia ao país. Os contratos de transferência de tecnologia levavam em consideração itens hoje esquecidos, como nacionalização de equipamentos, utilização de mão-de-obra nacional, entre outros. A siderúrgica de Volta Redonda foi a principal escola da siderurgia brasileira, mas as fábricas de motocicletas instaladas em Manaus hoje contentam-se em ser, apenas, montadoras.

Retrato da crise está aí. Quanto maior foi o desenvolvimento através da agregação de poupança externa maior foi a dependência do país. Quanto maior foi a segurança derivada daqueles empreendimentos, maior foi a insegurança da sociedade, hoje exposta às exigências de multinacionais que se recusam a fornecer petróleo sem que o Brasil atenda a essa ou aquela solicitação. Curiosamente, são países do Terceiro Mundo que socorrem o país no momento de crise. Se alguma lição pode ser tirada, naquela reflexão do funcionário palaciano, é de que as crises acontecem também no Brasil: país subdesenvolvido, pobre, periférico, que encontra em sociedades assemelhadas o apoio necessário para vencer, com dificuldade, os obstáculos atuais.